



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Venâncio Aires

ANEXO A

TERMO DE REFERÊNCIA

O Setor de Patrimônio, através da Secretaria de Administração, vem solicitar ao Setor de Licitações, a abertura de procedimento licitatório para contratação de Leiloeiro Público Oficial, para atender a demanda iminente de leilões, sendo a modalidade de licitação pretendida a seguir indicada e sujeita a posterior análise e redefinição:

- () Concorrência
- () Leilão
- (x) Credenciamento
- () Sistema de Registro de Preços por () Pregão Eletrônico

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

- (x) Bens e serviços comuns

1.2 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Constitui o objeto do presente certame o Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais para, mediante ordem de credenciamento, definição daquele que realizará, durante a vigência do credenciamento, cada leilão que se faça necessário para venda de bens patrimoniais móveis inservíveis em desuso (veículos, mobiliário, máquinas, equipamentos, sucatas e outros) do Município de Venâncio Aires/RS

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a elaboração deste certame tendo em vista a necessidade de contratação de pessoal qualificado para organização e gerenciamento de leilão de bens inservíveis ao Município, inclusive com contato imediato com arrematantes e resolução de quaisquer intercorrências que venham a surgir, resguardando a Prefeitura Municipal de eventuais desgates.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação atenderá aos requisitos de contratação previstos no art. 62 da Lei 14.133/2021 no que se refere a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Venâncio Aires

3.2. Quanto à qualificação técnica:

3.2.1. Matriculados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o art. 41 da Instrução Normativa 72, de 19/12/2019 e suas alterações, do DREI - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.

3.2.2. Que preencham as condições estabelecidas no Edital, formulário “Solicitação de Credenciamento”, conforme modelo anexo, juntamente com os documentos a seguir relacionados:

- a) Cédula de Identidade do interessado;
- b) Inscrição no CPF do interessado;
- c) Carteira de Exercício Profissional de Leiloeiro e Certidão de Regularidade de Matrícula de Leiloeiro, emitida pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.
- d) Certidão Negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou, quando for o caso, de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
 - d.1) Caso não esteja expressa na Certidão, o seu prazo de validade deverá ser considerado válido para os efeitos deste Edital, quando expedida nos 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da emissão do documento;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- f) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual.

3.3. Não poderão participar do presente credenciamento os leiloeiros que porventura estejam enquadrados nos seguintes casos:

- a) Suspenso ou impedido pela Junta Comercial, conforme as disposições da Instrução Normativa DREI nº 72, de 19/12/2019;
- b) Suspenso de licitar ou impedido de contratar com a Administração Pública, enquanto durar a suspensão ou o impedimento;
- c) Declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- d) Que se encontrem sob falência decretada, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação

4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Venâncio Aires

4.1.1. A cada novo leilão que o Município de Venâncio Aires necessitar realizar durante a vigência do credenciamento, será definido o leiloeiro da vez, por ordem de inscrição no credenciamento.

4.1.2. A ordem de convocação obedecerá a ordem de inscrição no certame, podendo ser realizada segunda chamada, em caso de maior necessidade de realização de leilões do que a quantidade de inscritos.

4.1.3. A ordem, bem como a data de convocação ficarão disponíveis no site do Município junto ao edital de credenciamento.

4.1.4. Caso o credenciado não possa assumir a convocação, este deverá justificar sua negativa por escrito ao Setor de Licitações, no prazo de 05 dias úteis, sob pena de aplicação de sanção.

4.1.5. O contrato a ser firmado, cuja minuta integra o presente edital, para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes; tudo em conformidade com os termos deste processo de credenciamento, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

4.1.6. Cada contratação será formalizada, com base neste processo de credenciamento; autorizada e ratificada pela autoridade superior e divulgada na Imprensa Oficial do Município; e o contrato vigorará até que seu objeto seja executado, de conformidade com o planejamento do leilão que será realizado em conjunto entre o Município de Venâncio Aires e o leiloeiro contratado.

4.1.7. Para celebração de Contrato, o leiloeiro deverá manter as condições que lhe permitiram participar do processo de credenciamento; devendo apresentar no ato da assinatura do Contrato, a cópia autenticada da Carteira de Exercício Profissional de Leiloeiro e a Certidão de Regularidade de Matrícula de Leiloeiro, emitida pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul; além da Certidão Negativa em Matéria Falimentar, Concordatária e de Recuperação Judicial e Extrajudicial, ou quando for o caso, de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

4.1.8. O não atendimento às condições para credenciamento ou contratação, assim como a recusa injustificada em assinar o contrato, implicará na perda do direito à contratação, com aplicação da penalidade prevista neste edital, reservando-se ao Município de Venâncio Aires o direito de convocar os credenciados remanescentes por ordem de inscrição.

4.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelo CREDENCIADO.



Estado do Rio Grande do Sul Município de Venâncio Aires

- b) Planejar em conjunto com o leiloeiro contratado todas as fases do leilão, de modo que possam ser rigorosamente cumpridas as exigências legais;
- c) Observando o plano de leilão, elaborado em conjunto com o leiloeiro contratado, providenciar em tempo hábil as publicações legais a que se refere a Lei nº 14.133/21 e suas alterações;
- d) Emitir, após comprovação do depósito do valor dos bens arrematados, os documentos que a lei exigir para formalização da venda dos bens negociados em leilão público, pelo leiloeiro contratado.
- e) Exercer a fiscalização dos serviços através da Secretaria requisitante, por servidor para tanto designado.

4.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO:

- a) As obrigações e responsabilidades do leiloeiro são as constantes das disposições legais e regulamentares, especialmente as contempladas no art. 69 da Instrução Normativa 72, de 19/12/2019 e suas alterações, do DREI - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.
- b) Os leilões que vierem a ser realizados serão executados nas próprias dependências da Prefeitura Municipal de Venâncio Aires, pois os custos de transportes e movimentação não justificam a remoção de bens para o depósito/armazém do leiloeiro contratado.
- c) Planejar, em conjunto com o Município de Venâncio Aires todas as fases do leilão, e as executá-las em conformidade com este planejamento e com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
- d) Auxiliar o Município de Venâncio Aires na composição de lotes de bens para venda, de modo a torná-los atrativos para o mercado
- e) Apresentar previamente a minuta de cada aviso de leilão de bens do Município de Venâncio Aires, de que trata o art. 38 do Decreto nº 21.981/32, indicando o veículo de divulgação e o respectivo custo, observando, ainda, que:
- f) os avisos de leilão deverão ser elaborados em conformidade com os padrões definidos pelo Município de Venâncio Aires;
- g) os custos de divulgação dos avisos serão de responsabilidade do leiloeiro
- h) Prever pagamento, somente à vista, para todos os bens do Município de Venâncio Aires, que venham a ser vendidos (arrematados) em leilão.
- i) Realizar os leilões de bens móveis inservíveis do Município de Venâncio Aires com estrita observância da legislação pertinente e do planejamento elaborado em conjunto com a Administração Municipal de Venâncio Aires; e não entregar os bens negociados aos respectivos arrematantes antes de recebido integralmente o valor correspondente.

Rua Osvaldo Aranha, 634 – Venâncio Aires/RS – CEP 95800-000 – (051) 3983-1000 - administracao@venancioaires.rs.gov.br



Estado do Rio Grande do Sul Município de Venâncio Aires

- j) Prestar contas ao Município de Venâncio Aires de cada leilão realizado até 5 (cinco) dias úteis após sua realização.
- k) O pagamento do bem arrematado deverá ser à vista, no ato do Leilão, em moeda corrente nacional.
- l) Manter sigilo dos serviços contratados e de dados processados, inclusive da documentação.
- m) Permitir à CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, quando for o caso, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o seu bom andamento.
- n) A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.
- o) Executar os serviços em estrita observância à legislação vigente e aos detalhamentos constantes neste Edital e seus anexos.
- p) Emitir documento fiscal válido, com o mesmo CNPJ/CPF da Solicitação de Credenciamento, referente aos serviços efetivamente prestados, discriminando no corpo do documento o período a que se refere o serviço/etapa/parcela, o local da prestação do serviço, bem como destacar, se possível, o número e o objeto do Contrato que será firmado.
- q) Reparar, corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- r) Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros; decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução desta contratação, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- s) Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução da contratação.
- t) A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos acima, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação.
- u) Responder por todos e quaisquer ônus suportados pela CONTRATANTE, decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes do Contrato e de outros porventura existentes entre as partes.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Venâncio Aires

- v) Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços; indenizando o Município de Venâncio Aires por qualquer dano ou prejuízo causados ao mesmo, a seus servidores ou a terceiros, decorrente desses erros, falhas, omissões ou irregularidades.
- x) Executar os serviços objeto do presente credenciamento, nos prazos fixados no Edital e de acordo com a proposta apresentada pelo CREDENCIADO e com o presente Edital.
- w) Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo MUNICÍPIO.
- y) Responsabilizar-se por qualquer acidente ou dano causado a terceiros, durante a prestação dos serviços objeto do presente certame.
- z) Manter durante todo prazo de vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação compatíveis com a obrigação assumida.

4.4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Credenciado que:

- 4.4.1 der causa à inexecução parcial do Contrato;
- 4.4.2 der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 4.4.3 der causa à inexecução total do Contrato;
- 4.4.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 4.4.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 4.4.6 não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 4.4.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 4.4.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do Contrato;
- 4.4.9 fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- 4.4.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 4.4.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 4.4.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Venâncio Aires

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos itens 13.1.2 a 13.1.7;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos itens 13.1.8 a 13.1.12;
- d) **Multa no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do Contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento de licitar e contratar, e a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar, conforme a seguir:**

Multa	Situação
De 0,5% a 20 % do valor dos bens a serem leiloados	Nas situações passíveis de aplicação de advertência, penalidade de impedimento de licitar e contratar.
De 20,01% a 30% do valor dos bens a serem leiloados	Nas situações passíveis de aplicação de declaração de inidoneidade.

e) **Multa moratória** de 1% (um por cento) sobre o valor pelo qual os bens foram vendidos e/ou sobre o valor mínimo estabelecido pela CONTRATANTE para negociação, por dia de atraso;

III- Inexecução do(s) serviço(s) contratado(s), ou execução imperfeita, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mínimo estabelecido pela CONTRATANTE para negociação dos bens envolvidos no leilão, sem prejuízo das demais sanções e rescisão do contrato.

IV- A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município.

VI- Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

VII- Na aplicação das sanções previstas, será oportunizado ao credenciado defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

VIII- A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo Município composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado ou credenciado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



Estado do Rio Grande do Sul Município de Venâncio Aires

XIX- Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Município, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

X- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia porventura prestada ou será cobrada judicialmente

XI- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente.

XII- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Credenciado.

4.5. DA VIGÊNCIA

O credenciamento terá validade de 60 meses, a contar da data de sua assinatura, nos termos da Lei 14.133/2021.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

O único valor a que fará jus o leiloeiro, corresponde ao pagamento de valores de comissão, realizados diretamente pelos arrematantes, sem qualquer participação do Município.

6. GESTÃO DO CONTRATO

É responsável pela fiscalização do contrato a ser gerado a partir deste processo o servidor a seguir indicado e respectivo suplente.

Nome do fiscal do contrato: Sandra Inês Lenz Machado



Documento assinado digitalmente
SANDRA INES LENZ MACHADO
Data: 14/04/2025 09:41:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

Telefone: (51)2183-0737 E-mail:patrimonio@venancioaires.rs.gov.br

Nome do suplente: Rene José Ferreira

Assinatura: _____

Telefone: (51) 2183-0737 E-mail: patrimonio@venancioaires.rs.gov.br

7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LEILOEIRO

A seleção do leiloeiro se dará pela ordem de inscrição no credenciamento.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Venâncio Aires

8 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Não há valores a serem custeados pelo Município.

9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não se aplica.

Venâncio Aires, 08 de Abril de 2025

Servidor Responsável pela elaboração do Termo de Referência	
Nome: Sandra Inês Lenz Machado Cargo: Oficial Administrativo Matrícula: 65390	Assinatura:  Documento assinado digitalmente SANDRA INES LENZ MACHADO Data: 14/04/2025 09:39:56-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Secretário Ordenadora da Despesa: Nome: Tiago Maciel Quintana	Assinatura:  Documento assinado digitalmente TIAGO MACIEL QUINTANA Data: 14/04/2025 09:17:50-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DE ACORDO COM O OBJETO

I – Exige publicação no Diário Oficial da União - DOU? (x) Sim () Não

II – Exige Qualificação Técnica? (X) Sim () Não

Em caso positivo, descreva:

- a) Matrícula na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) Carteira de Exercício Profissional de Leiloeiro e Certidão de Regularidade de Matrícula de Leiloeiro, emitida pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

III – Permite subcontratação? () Sim (X) Não

- 5. Em caso positivo, descrever quais os serviços e/ou parcelas em que será permitida subcontratação.